



Assinado eletronicamente por HERVAL MÁRCIO SILVEIRA VIEIRA, em 05/07/2024 às 13:36:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Esta comunicação judicial não possui anexos eletrônicos. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública 2024013935082-65. Ff: 1/2



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
1ª Vara Cível de Itabaiana

Nº Processo 202452001085 - Número Único: 0005361-83.2024.8.25.0034

Autor: MUNICIPIO DE ITABAIANA

Réu: EVERTON CARVALHO DA CUNHA

Movimento: Decisão >> Concessão >> Liminar

Cuidam os presentes autos de ação de desapropriação movida pelo Município de Itabaiana em face de EVERTON CARVALHO DA CUNHA, ambos já devidamente qualificados na peça inicial, por meio da qual busca o autor, após haver declarado de utilidade pública, na forma do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, para a construção de Escola padrão FNDE – 09 salas, apropriar-sedo bem imóvel descrito e individualizado na peça pórdico, cuja posse atribui ser exercida pela parte demandada.

Aduz que, no intuito de realizar a desapropriação amigável do imóvel em questão, instaurou o procedimento administrativo, elaborando o laudo de avaliação de imóvel avistável às fls. 34/40, atribuindo ao bem o valor de R\$ 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais).

Assim, pugna, *initio litis*, alegando a condição de urgência prevista no art. 15 da Lei de Desapropriação, seja imitado provisoriamente na posse do terreno.

É o que impende relatar.

Decido.

Em razão do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, pode a Administração Pública, com base em lei, promover a desapropriação de bens dos particulares. A desapropriação somente pode ocorrer em razão de uma finalidade pública, estando esta consubstanciada na necessidade pública, na utilidade pública e no interesse social.

Conforme reza o art. 5º, XXIV, da Constituição Federal, a desapropriação será promovida mediante justa e prévia indenização em dinheiro, devendo para tanto ser promovida uma avaliação para se aferir o valor do imóvel.

Sendo assim, estando a petição apta a receber despacho inicial positivo, por preencher os requisitos previstos no Código de Processo Civil e art. 13 do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, **DEFIRO**, liminarmente, a imissão provisória na posse do citado bem, fixando, na forma do art. 15, § 1º, "d", da referida norma, o valor de R\$ 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais) como depósito prévio, cujo importe deverá ser recolhido em conta judicial vinculada a este Juízo, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Após, com o comprovante nos autos do valor depositado, expeça-se mandado de imissão de posse provisória, cumprindo-se na forma do artigo 15 do citado Decreto-Lei, devendo o demandado retirar-se da área no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária que ora arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais) limitada a R\$ 10.000 (dez mil reais).

Cumprido o mandado de imissão, cite-se o requerido para, querendo, apresentar resposta ao pedido, no prazo legal, sob pena de revelia, ressaltando-se que a contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço, conforme preceitua o art. 20 do mencionado diploma legal.



Assinado eletronicamente por HERVAL MÁRCIO SILVEIRA VIEIRA, em 05/07/2024 às 13:36:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006
Esta comunicação judicial não possui anexos eletrônicos. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço
www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública 2024013935082-65. Fl: 2/2

Havendo ~~conclusão~~ quanto ao valor apontado pelo requerente, volvam os autos conclusos para designação de perícia de avaliação.

Não havendo contestação, sigam os autos para o Ministério Público.

Itabaiana, Sergipe, 5 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **HERVAL MÁRCIO SILVEIRA VIEIRA**,
Juiz(a) de 1ª Vara Cível de Itabaiana, em 05/07/2024, às 13:36:22, conforme art. 1º,
III, "b", da Lei 11.419/2006.



O acesso aos **documentos anexados** bem como à conferência de **autenticidade do documento** estão disponíveis no endereço www.tjse.jus.br/autenticador, mediante preenchimento do número de consulta pública **2024013935082-65**.